

190				

380

CPI investiga Funai

Brasília (AJB) - A Fundação Nacional do Índio (Funai), criada há 35 anos para amparar e desenvolver políticas direcionadas às 215 etnias do país, virou foco das atenções nos últimos dias com a demissão do sertanista que ajudou idealizá-la, Orlando Villas Bôas, em meio a críticas históricas. Desde maio, funciona na Câmara a CPI da Funai que pretende investigar as denúncias que cercam a entidade e definir a sua descentralização administrativa.

A Funai passou por 25 presidentes e conseguiu reunir cerca de 5 mil funcionários, incluindo os cargos comissionados. Um dos problemas permanentes é a redução do orçamento: para este ano estavam destinados R\$ 77 milhões. No entanto, os cortes reduziram a verba para aproximadamente R\$ 35 milhões. Números que aparecem cercados por denúncias, que vão desde malversação de verbas, passando pelos

conflitos entre índios e fazendeiros, até a discriminação em relação a determinadas etnias.

Mudanças

"É necessário descentralizar a administração da Funai e modificar a lei que trata o índio como uma criança, isento de punição", afirmou o relator da CPI, deputado Antônio Feijão (PSDB-AP). Na sua opinião, o ideal seria administrar a Fundação por meio de um conselho pluriétnico (com representantes das etnias cuja sociedade tenha maior número de membros) e pluriministerial (dos ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Fazenda e Planejamento).

De acordo com a Funai há aproximadamente 325 mil índios no país, que representam 215 etnias e falam 175 línguas diferentes. Eles ocupam 561 áreas, o equivalente a 11% do território nacional. Porém 147 delas ainda não foram delimitadas. Em geral, apesar das diferenças, vivem problemas semelhantes.